



ESTUDOS DE GÊNERO VERSUS IDEOLOGIA: DESAFIOS DA TEOLOGIA

Luís Corrêa Lima*

RESUMO

Os estudos de gênero são os principais elementos teóricos de muitos que defendem a igualdade entre homem e mulher na sociedade, bem como a inclusão e a cidadania dos LGBTs. Estes estudos têm sido fortemente criticados por segmentos religiosos cristãos, incluindo a Igreja Católica, que a eles se refere como “ideologia de gênero”. No espaço público, esta oposição gera disputas na elaboração e implementação de leis e políticas **públicas** que envolvem a família, a educação, a saúde e os direitos. Ao lado destes conflitos, há na teologia um movimento de renovação na linha do Concílio Vaticano II, buscando reler o Evangelho na perspectiva da cultura contemporânea, de modo a contemplar as aspirações de igualdade e reconhecimento da diferença.

Palavras-chave: gênero, lei natural, tradição judaicocristã, LGBT.

LOS ESTUDIOS DE GÉNERO CONTRA LA IDEOLOGÍA: DESAFÍOS DE LA TEOLOGÍA

RESÚMEN

Los estudios de género son los principales elementos teóricos de muchos de los que abogan por la igualdad entre hombres y mujeres en la sociedad, y la inclusión y la ciudadanía de las personas LGBT. Estos estudios han sido fuertemente criticados por sectores religiosos cristianos, incluida la Iglesia Católica, que se refiere a ellos como “ideología de género”. En el espacio público, esto genera conflictos en la preparación y aplicación de leyes y políticas públicas que involucran a la familia, la educación, la salud y los derechos. Al lado de estos conflictos, hay en la teología un movimiento de renovación

* Padre jesuíta, doutor em história pela Universidade de Brasília (UnB) e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

impulsado por el Concilio Vaticano II, en busca de leer el Evangelio en el contexto de la cultura contemporánea, con el fin de contemplar las aspiraciones de igualdad y el reconocimiento de la diferencia.

Palabras clave: género, ley natural , tradición judeo-cristiana , LGBT .

GENDER STUDIES AGAINST IDEOLOGY: THE CHALLENGES OF THEOLOGY

ABSTRACT

Gender studies are the main theoretical elements of many who advocate equality between men and women in society, and the inclusion and citizenship of LGBT people. These studies have been heavily criticized by Christian religious segments, including the Catholic Church, which refers to them as “gender ideology”. In the public space, this generates disputes in the preparation and implementation of laws and public policies that involve the family, education, health and rights. Beside these conflicts, there is in theology a renewal movement promoted by the Second Vatican Council, seeking to reread the Gospel in the context of contemporary culture, in order to contemplate the equal aspirations, as well as the difference of recognition aspirations.

Keywords: gender, natural law, Judeo-Christian tradition, LGBT.

INTRODUÇÃO

Certa vez, o papa Francisco falou sobre a família e a inquietação que lhe trazem os estudos de gênero. Conforme a tradição judaico-cristã, a instituição familiar é um grande dom que Deus deu à humanidade, criando o ser humano homem e mulher e instituindo o sacramento do matrimônio. A diferença sexual está presente em várias formas de vida, mas somente no homem e na mulher esta diferença traz a imagem e a semelhança divina. A sua finalidade não é a oposição ou a subordinação, mas a comunhão e a geração. O ser humano precisa da reciprocidade entre homem e mulher para se conhecer bem e crescer harmonicamente.

Nos últimos tempos, prossegue o papa, a cultura abriu novos espaços, liberdades e profundidades que enriquecem a compreensão desta diferença, mas também trouxe muitas dúvidas e bastante ceticismo. E fez esta interrogação: “pergunto-me se a chamada teoria do gênero não seja expressão de uma frustração e de uma resignação, que visa a cancelar a diferença sexual porque não sabe mais como lidar com ela”. Para

ele, corre-se o risco de se dar um passo atrás. A remoção da diferença seria verdadeiramente o problema, não a solução (FRANCISCO, 2015a).

1. A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E SEU ENFRENTAMENTO

A forte reticência do papa está ligada ao passado recente em que a alta hierarquia católica tem se manifestado negativamente a respeito dos estudos de gênero. A suposta “exaltação do individualismo liberal”, aliada a uma “ética subjetivista de busca desenfreada do prazer”, junto com novas expressões de um “socialismo de inspiração marxista”, estariam ameaçando a família. Uma tendência que se manifestou na Conferência de Pequim, em 1995, pretenderia introduzir nos povos a “ideologia de gênero”. Para esta ideologia, a maior forma de opressão do homem sobre a mulher é a família monogâmica institucionalizada, fundada na união heterossexual. Os papéis do homem e da mulher na sociedade são um mero produto da história e da cultura. Convém acabar com este modelo de família para que a mulher seja livre da opressão. E quanto à orientação sexual, o ser humano é livre para escolher a que lhe agrade, qualquer que seja o seu sexo biológico (CPF, 1999, n. 74 e nota 66).

No ensinamento da Igreja Católica, a pessoa adquire progressivamente durante a infância e a adolescência a consciência de sua identidade, que é também consciência da diferença. Distingue-se a identidade sexual, que é psicobiológica do próprio sexo e da diferença em relação ao outro sexo; e a identidade de gênero (*gender*), que é psicossocial e cultural do papel desempenhado pelas pessoas de um determinado sexo na sociedade. Em um processo de integração “correto e harmônico”, a identidade sexual e a de gênero “se complementam”. A integração da personalidade se realiza como reconhecimento da plenitude da “verdade interior da pessoa”, unidade de alma e corpo (CPF, 2000, n. 8).

A partir da década de 1960, certas “teorias” sustentariam que a identidade de gênero é independente da identidade sexual da pessoa. Os gêneros masculino e feminino da sociedade são um produto exclusivo de fatores sociais, “sem relação com verdade alguma da dimensão sexual da pessoa”. Deste modo, qualquer conduta sexual é justificável, inclusive a homossexualidade. A sociedade é que deveria se modificar para incluir outros gêneros além do masculino e do feminino na confi-

guração da vida social. A ideologia de gênero encontrou um ambiente favorável na antropologia individualista do neoliberalismo radical. Esta ideologia fornece termos e categorias para se reivindicar a equiparação das uniões de fato ao matrimônio, inclusive as uniões homossexuais. Com isto, surgiu a tendência de designar todo tipo de união consensual como família (CPF, 2000, n. 8).

A alta hierarquia católica alerta para duas tendências no tema da mulher. A primeira sublinha fortemente a sua subordinação, procurando fomentar a contestação. A mulher é “antagônica do homem”. Os abusos de poder se enfrentam com a busca do poder. Este processo leva à rivalidade entre os sexos, onde a identidade e o papel de um são assumidos em prejuízo do outro, introduzindo na antropologia uma confusão perniciosa, com reveses nefastos na estrutura da família. A segunda tendência é consequência da primeira. A fim de evitar qualquer supremacia de um sexo sobre o outro, tende-se a “eliminar as suas diferenças” considerando-as meros efeitos de um condicionamento histórico-cultural. A diferença corpórea, chamada sexo, é minimizada; e a dimensão cultural, chamada gênero, é maximizada e considerada primária. Tal antropologia, que obscurece a dualidade dos sexos em favor de perspectivas igualitárias para a mulher, questiona a natureza biparental da família, composta de pai e de mãe, e equipara a homossexualidade à heterossexualidade, num novo modelo de “sexualidade polimórfica” (CDF, 2004, n. 2).

A motivação mais profunda desta tendência estaria na tentativa da pessoa humana de “libertar-se dos próprios condicionamentos biológicos”. Nesta perspectiva antropológica, a natureza humana não tem em si características que se imponham absolutamente, mas, cada pessoa poderia e deveria modelar-se a seu gosto, livre de toda a predeterminação ligada à sua constituição essencial. Diante de tais correntes de pensamento, a Igreja Católica reage inspirando-se na fé em Jesus Cristo. Em lugar do antagonismo e da eliminação da diferença entre homem e mulher, propõe a colaboração ativa fundada no reconhecimento desta mesma diferença (CDF, 2004, n. 3 e 4).

Estas posições levaram a Santa Sé a divergências na ONU quando se propôs a descriminalização da homossexualidade em todo o mun-

do. Tal proposta foi feita pela França e incluía o fim da discriminação por identidade gênero e orientação sexual. A Santa Sé se manifestou favoravelmente a esta descriminalização, por entender que as relações sexuais livremente consentidas entre pessoas adultas não devem ser consideradas delito pelo poder civil. Mas se opôs ao fim da discriminação por identidade de gênero e orientação sexual. Alegou que isto poderia se tornar um instrumento de pressão contra os que consideram o comportamento homossexual moralmente inaceitável, que não reconhecem a união homossexual como família, nem a sua equiparação à união heterossexual e nem o seu direito à adoção e à reprodução assistida (L'OSSERVATORE, 2008).

O tom da crítica aos estudos de gênero chegou a subir bastante no papado de Bento XVI, especialmente em um discurso à Cúria Romana nas vésperas do Natal de 2008. Para ele, a fé no criador é uma parte essencial do credo cristão, e a Igreja Católica não deve se limitar a transmitir a seus fiéis somente a mensagem da salvação. Ela também tem uma responsabilidade com a criação e tem que cumprir esta responsabilidade publicamente. Ao fazê-lo, não só tem que defender a terra, a água, o ar, como dons da criação que pertencem a todos. Tem que proteger também o ser humano contra sua própria destruição. É necessário que haja a bem entendida “ecologia do homem”. Quando a Igreja fala da natureza do ser humano como homem e mulher e pede que se respeite esta ordem da criação, não expõe uma metafísica superada. Trata-se de fato da fé no criador e da escuta da linguagem da criação, cujo desprezo significaria uma “autodestruição” do ser humano e uma destruição da própria ordem de Deus.

O que com frequência se expressa com o termo *gender*, prossegue o papa, sintetiza-se definitivamente na autoemancipação do ser humano em relação à obra do Criador. O homem quer fazer-se por sua conta, e decidir exclusivamente sozinho sobre o que lhe afeta. Mas deste modo vive contra a verdade, vive contra o Espírito criador. Os bosques tropicais merecem nossa proteção, mas não menos a merece o homem como criatura, no qual está inscrita uma mensagem que não contradiz a sua liberdade, mas que é sua condição. Grandes teólogos da tradição da Igreja qualificaram o matrimônio, laço entre o homem e

a mulher por toda a vida, como sacramento da criação, instituído pelo Criador, e que Cristo depois acolheu na história de sua aliança com os homens. Faz parte do anúncio da Igreja Católica o testemunho em favor do Espírito criador presente na natureza em seu conjunto, e de maneira especial no ser humano criado à imagem de Deus. Nesta perspectiva também se deve ler a encíclica *Humanae Vitae*, de Paulo VI: defender o amor contra a sexualidade como consumo, o futuro contra a pretendida exclusividade do presente, e a natureza do ser humano contra a sua manipulação (BENTO XVI, 2008).

Na época, televisões e jornais noticiaram bombasticamente: o papa disse que “salvar a humanidade do comportamento homossexual ou transexual é tão importante quanto salvar as florestas do desmatamento” (REUTERS, 2008). Isto causou forte indignação e o repúdio na opinião pública. A frase noticiada não foi exatamente o que ele disse, mas sim uma simplificação indevida e sensacionalista. De qualquer maneira, era previsível que aquele discurso tivesse tal cobertura.

Além das críticas da Santa Sé, algumas conferências episcopais também se alinham no mesmo repúdio aos estudos de gênero. A Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) afirma que tais estudos partem da distinção entre sexo e gênero para forçar a oposição entre natureza e cultura. O sexo assinala a condição natural e biológica da diferença física entre homem e mulher. O gênero baliza a construção histórico-cultural da identidade masculina e feminina. Porém, partindo da célebre frase de Simone de Beauvoir, “uma mulher não nasce mulher, torna-se mulher”, a “ideologia de gênero” considera que somos homens ou mulheres não na base da dimensão biológica em que nascemos, mas nos tornamos tais de acordo com o processo de socialização, com a interiorização de comportamentos, funções e papéis que a sociedade e a cultura atribuem. Tais papéis são injustos e artificiais para estas teorias. Por isso, o gênero deve sobrepor-se ao sexo, e a cultura deve impor-se à natureza (CEP, 2013, n.3).

Não só os documentos doutrinários expressam o repúdio aos estudos de gênero. Há também publicações com grande difusão em ambientes católicos que caricaturam as questões de gênero e de orientação sexual. Uma delas, que é material didático, traz o desenho de um homem

sentado interrogando-se: “que gênero eu vou escolher para este ano”? E, em outra página, o desenho de um garoto nu olhando para o próprio pênis perguntando-se: “não sou homem? Eu? Então... o que isto”? Há referências aos estudos de gênero como uma ideologia de “neototalitarismo e morte da família”. Esta ideologia estaria controlando a ONU, a União Europeia e o Banco Mundial, incidindo em organismos, programas e em empréstimos para o desenvolvimento de países pobres, com cláusulas de difusão de gênero (Thácio SIQUEIRA, 2012).

Tais objeções religiosas incidem na elaboração de políticas públicas. Há pouco tempo, por pressões junto ao parlamento brasileiro, foi retirada a menção a questões de gênero e orientação sexual no Plano Nacional de Educação (PNE), projeto de lei que define diretrizes e metas para a educação até 2020. No texto original, estava previsto promover “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (CLAM, 2015). Na redação final, ficou simplesmente: “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (PNE, 2014, art. 2º, III). A disputa política na educação continuou em várias assembleias legislativas e câmaras municipais, quando se votaram planos em nível estadual e municipal.

2. LEI NATURAL, RESISTÊNCIAS E NOVOS HORIZONTES

A linguagem da criação a ser escutada é o fundamento da crítica do papa Bento XVI aos estudos de gênero. Esta linguagem está na lei natural, um conceito já presente na Antiguidade grecorromana e assimilado pela tradição judaicocristã. Na Bíblia, o mundo é criação divina, feito segundo a razão do Criador (*Logos*), de modo a manifestar a Sua sabedoria (Jo 1,1-3). Supõe-se haver na criação uma racionalidade que pode ser conhecida pelo ser humano e orientar a sua ação. Há uma lei inscrita no coração humano que orienta os seus juízos éticos, conforme o apóstolo Paulo (Rm 2, 12-16). A lei natural tem um forte peso na teologia e no ensinamento da Igreja Católica, como referência teórica imprescindível. Em questões sociais, de bioética e de sexualidade se faz referência a ela, condicionando posições bem determinadas a res-

peito de gênero, matrimônio, práticas sexuais, fecundação, controle da natalidade, modelos de família, divórcio e uniões homoafetivas.

O conceito de lei natural, porém, não está isento de problemas e controvérsias, seja pelo abandono da metafísica por parte do pensamento contemporâneo, seja pela moral fixista ao qual ele se atrelou. Os últimos papas alertaram para a necessidade de encontrar-se um terreno teórico comum, aceito por crentes e não crentes, para tratar-se das questões mais urgentes da humanidade, como a ecologia, a paz e a convivência entre as raças e entre as culturas. A filosofia é sugerida como uma possibilidade neste sentido (JOÃO PAULO II, 1998, n.104). Na busca dos fundamentos de uma moral compartilhada com outros, o então cardeal Ratzinger afirmou a importância de voltar-se a estudar a lei natural, ainda que este nome não seja o melhor, em busca das bases para individualizar-se responsabilidades comuns.

Já como papa, ele promoveu o estudo e o debate sobre a lei natural, reconhecendo a crise e propondo caminhos de superação. Bento XVI lamenta o fato de que o progresso científico, permitindo conhecer cada vez mais profundamente as estruturas racionais da matéria, torna o homem cada vez menos capaz de ver a fonte desta racionalidade, a razão criadora. A capacidade de ver as leis do ser material tenderia a tornar o homem incapaz de ver a mensagem ética contida no ser, que a tradição denomina *lex naturalis*, lei moral natural. Trata-se de uma palavra que hoje para muitos é incompreensível, por causa de um conceito de natureza já não metafísico ou filosófico, mas somente empírico. O fato de que a natureza e o próprio ser já não seriam transparentes para uma mensagem moral, geraria uma desorientação que torna precárias e incertas as opções na vida cotidiana (BENTO XVI, 2007).

O respeito pela vida humana, o dever de buscar-se a verdade, a exigência da liberdade e da justiça, a expectativa da solidariedade são valores que expressariam normas inderrogáveis e inadiáveis, independentemente da vontade do legislador e do consenso que os Estados lhes podem conferir. Com efeito, trata-se de normas que precedem qualquer lei humana, observa o papa. E como tais não admitiriam intervenções contrárias da parte de ninguém. Para ele, a lei natural é a nascente de onde brotam os direitos humanos fundamentais e os imperativos éticos.

Ela seria o único baluarte válido contra o arbítrio do poder ou os enganos da manipulação ideológica. Confiar cegamente na técnica como a única garantia de progresso, sem oferecer ao mesmo tempo um código ético que mergulhe suas raízes na mesma realidade que é pesquisada, equivaleria a causar violência à natureza humana com consequências devastadoras para todos (BENTO XVI, 2007).

No entanto, admite-se que o conhecimento desta lei inscrita no coração do homem aumenta com o progresso da consciência moral. Segundo Bento XVI, a contribuição dos cientistas, além da capacidade de domínio sobre a natureza, é ajudar a compreender a responsabilidade do ser humano pelo seu semelhante e pela natureza que lhe é confiada. Assim, é possível desenvolver um “diálogo fecundo entre crentes e não crentes; entre filósofos, juristas e homens de ciência”. Este diálogo pode oferecer ao legislador um material precioso para a vida pessoal e coletiva (BENTO XVI, 2007).

Associada à lei natural, está a linguagem da criação. A Igreja ensina que Deus, criando e conservando todas as coisas pelo Verbo, oferece aos homens um testemunho permanente de Si mesmo na criação. Como no centro da Revelação divina está o mistério de Cristo, é preciso reconhecer que a própria criação também constitui parte essencial de uma sinfonia de diversas vozes na qual o Verbo único se exprime. A criação é comparada a um livro: *liber naturae* (livro da natureza). Ela nasce do Logos e traz o sinal indestrutível da razão criadora que a regula e guia. Esta certeza está expressa nos Salmos: “Pela palavra do Senhor foram feitos os céus; pelo sopro da sua boca, todos os seus exércitos” (Sl 33, 6). O livro da natureza é uno e indivisível, seja a respeito do meio ambiente, seja a respeito da vida humana e do seu desenvolvimento integral (BENTO XVI, 2009, n,51).

No ensinamento da Igreja Católica, o ser humano recebeu dons preciosos do Criador como o próprio corpo, a razão, a liberdade e a consciência; e aí se encontram também tudo aquilo que a tradição filosófica chama de lei natural. Todo ser humano com consciência e responsabilidade experimenta um chamado interior para realizar o bem e evitar o mal. Sobre este princípio fundam-se todos os outros preceitos da lei natural. A escuta da palavra de Deus leva em primeiro lugar a

prezar a exigência de viver segundo esta lei inscrita no coração. E Jesus Cristo, o *Logos* encarnado, dá aos homens a nova lei, do evangelho, que assume e realiza de modo sublime a lei natural. Esta nova lei confere aos homens a participação na vida divina, por meio da graça, e a capacidade de superar o egoísmo (BENTO XVI, 2010, n.7-9). Os conteúdos da lei natural, portanto, têm que ser compatíveis com a Revelação divina, pois ambas provêm do mesmo Deus criador e redentor.

O empenho do papa nesta temática produziu ensinamentos valiosos e alentadores na busca de uma ética universal e de um novo olhar sobre a lei natural. Eles estão em um documento da Comissão Teológica Internacional, do Vaticano (CTI, 2009). A expressão lei natural, admite-se, é fonte de numerosos mal-entendidos hoje. Por vezes, ela evoca simplesmente uma submissão resignada e passiva às leis físicas e biológicas da natureza, quando o ser humano busca, e com razão, dominar e orientar estes determinismos para o seu bem. Por vezes, ela é apresentada como um dado objetivo que se impõe de fora da consciência pessoal, independentemente do que elabora a própria razão e a subjetividade. Ela é suspeita de introduzir uma forma de heteronomia insuportável à dignidade da pessoa humana livre. Outras vezes também, ao longo de sua história, a teologia cristã justificou muito facilmente com a lei natural posições antropológicas que, em seguida, mostraram-se condicionadas pelo contexto histórico e cultural. Hoje, convém propor a doutrina da lei natural em termos que manifestem melhor a dimensão pessoal e existencial da vida moral (CTI, 2009, n.10).

Considerando uma sociedade pluralista como a nossa, prossegue o documento, a ciência moral não pode fornecer ao sujeito uma norma que se aplique de forma adequada e automática às situações concretas. Só a consciência do sujeito, o juízo de sua razão prática, pode formular a norma imediata da ação. Mas, ao mesmo tempo, não se deve deixar a consciência entregue à pura subjetividade. É preciso fazê-la adquirir as disposições intelectuais e afetivas que lhe abrem à verdade moral, para que seu juízo seja adequado. A lei natural não deve ser apresentada como um uma lista de preceitos definitivos e imutáveis, ou como um conjunto de regras já constituído que se impõe previamente ao sujeito. Ela é o fundamento de uma ética universal, uma fonte de inspiração

objetiva para o processo de tomada de decisão do sujeito, que é eminentemente pessoal (CTI, 2009, n. 59 e 113).

Admite-se também que a aplicação concreta de preceitos da lei natural adquire diferentes formas nas diversas culturas, ou mesmo em diferentes épocas dentro de uma mesma cultura. A reflexão moral evoluiu em questões como a escravatura, o empréstimo a juros, o duelo e a pena de morte. Coisas que eram permitas passaram a ser proibidas, e vice-versa. Há uma compreensão melhor da interpelação moral. A mudança da situação política ou econômica traz uma reavaliação das normas particulares que foram estabelecidas anteriormente (CTI, 2009, n, 53). Em outras palavras, é reconhecido o enraizamento histórico da moral, rejeitando-se os fundamentos de uma moral fixista.

Este importante trabalho de ressignificação da lei natural está no espírito do Concílio Vaticano II, para o qual a lei de toda a evangelização é pregar a Palavra de Deus de maneira adaptada à realidade dos povos, num intercâmbio vivo e permanente entre a Igreja e as diversas culturas. Para fomentar este intercâmbio, especialmente nos tempos atuais em que tudo muda tão rapidamente e os modos de pensar variam tanto, a Igreja necessita da ajuda dos que conhecem bem o espírito e o conteúdo das várias instituições e disciplinas, sejam eles crentes ou não. É preciso saber ouvir e interpretar as várias linguagens ou sinais do nosso tempo, para avaliá-las à luz da Palavra de Deus, de modo que a verdade divina seja melhor percebida, compreendida e apresentada de um modo conveniente (GS, 1965, n. 44). A correta escuta da Palavra de Deus, portanto, supõe o diálogo com os diversos saberes legítimos. Este é o melhor remédio contra o obscurantismo religioso. E os recentes ensinamentos da Igreja sobre a lei natural podem ser utilizados nos estudos de gênero, levando a novas leituras sobre a linguagem da criação, o livro da natureza e a razão criadora.

3. O PAPADO DE FRANCISCO E SUA ABERTURA PASTORAL

Mesmo com as restrições à teoria de gênero, o papado de Francisco trouxe uma abertura pastoral à Igreja Católica. Para ele, evangelizar supõe na Igreja a coragem de sair de si para ir às “periferias da existência”: ao encontro dos que sofrem com as diversas formas de injustiças,

conflitos e carências. Ele critica uma Igreja ensimesmada, entrincheirada em estruturas caducas incapazes de acolhimento. Ficou célebre o que ele disse sobre os gays: “Se uma pessoa é gay, procura o Senhor e tem boa vontade, quem sou eu para a julgar? [...] Não se devem marginalizar estas pessoas por isso” (FRANCISCO, 2013a e 2013b). Outro sinal desta abertura é a convocação de um sínodo dos bispos para tratar do tema da família. No campo da sexualidade e da família há uma notável disparidade entre o ensinamento da Igreja e a vida da imensa maioria dos fiéis. Para preparar o sínodo, o papa enviou questionários a todas as dioceses católicas, provocando criativamente as igrejas locais. Entre as perguntas, estão: que atenção pastoral se pode dar às pessoas que escolheram viver em uniões do mesmo sexo? E, caso adotem crianças, o que fazer para lhes transmitir a fé (SÍNODO, 2013)?

As conferências dos bispos também dão sinais de mudança. Os bispos brasileiros divulgaram um projeto pastoral sobre as paróquias que inclui o acolhimento das novas configurações familiares. Eles reconhecem que nas paróquias participam pessoas unidas sem o vínculo sacramental e outras em segunda união. Há também as que vivem sozinhas sustentando os filhos, avós que criam netos, tios que sustentam sobrinhos. Há crianças adotadas por pessoas solteiras ou do mesmo sexo, que vivem em união estável. A Igreja, que é família de Cristo, precisa acolher com amor todos os seus filhos. Conservando o ensinamento cristão sobre a família, é necessário usar de misericórdia. Constata-se que muitos se afastaram e continuam se afastando das comunidades porque se sentiram rejeitados, porque a primeira orientação que receberam consistia em proibições e não em viver a fé em meio à dificuldade. Na renovação paroquial, deve haver conversão pastoral para não se esvaziar a Boa Nova anunciada pela Igreja e, ao mesmo tempo, não deixar de se atender às novas situações da vida familiar. “Acolher, orientar e incluir” nas comunidades os que vivem em outras configurações familiares são desafios inadiáveis (CNBB, 2014, n. 217-218).

O ensinamento do papa Francisco sobre a moral é ao mesmo tempo matizado, aberto, crítico e alentador. Ele diz que “o anúncio do amor salvífico de Deus precede a obrigação moral e religiosa. Hoje, por vezes,

parece que prevalece a ordem inversa”. Uma pastoral missionária não deve estar obcecada pela transmissão desarticulada de uma multiplicidade de doutrinas a se impor insistentemente, mesmo envolvendo temas como aborto, casamento homossexual e uso dos métodos contraceptivos. O anúncio deve concentrar-se no essencial, que é também o que mais apaixona e atrai, procurando curar todo tipo de ferida e fazer arder o coração, como o dos discípulos de Emaús que encontraram o Cristo ressuscitado. A proposta evangélica deve ser mais simples, profunda e irradiante. É desta proposta que vêm depois as consequências morais. Nesta perspectiva, o confessionário não é uma sala de tortura, mas lugar de misericórdia, no qual o Senhor nos estimula a fazer o melhor que pudermos (FRANCISCO, 2013c).

A salvação também tem uma dimensão imanente porque evangelizar, diz o papa, é tornar o Reino Deus presente neste mundo. O Evangelho convida, antes de tudo, a responder a Deus que nos ama e nos salva, reconhecendo-O nos outros e saindo de nós mesmos para procurar o bem de todos. Os que se deixam salvar por Cristo são libertados do pecado, da tristeza, do vazio interior e do isolamento. A pregação moral cristã não é uma ética estoíca do cumprimento impassível do dever, e nem um catálogo de pecados e erros. Ela é mais do que uma ascese e mais do que uma filosofia prática. Há uma desproporção a ser evitada quando se fala mais da lei que da graça, mais da Igreja que de Jesus Cristo, mais do papa que da Palavra de Deus (EG, 2013, n. 1, 39 e 38).

Francisco também defende as mães solteiras que querem batizar seus filhos e enfrentam a “alfândega” criada por religiosos rigoristas. A Igreja deve ser a casa paterna onde há lugar para todos que enfrentam fadigas em suas vidas. Todos podem participar da vida eclesial e fazer parte da comunidade. As portas dos sacramentos não devem se fechar por qualquer razão, a começar pelo primeiro: o batismo. A Eucaristia, plenitude da vida sacramental, não é um prêmio para os perfeitos, mas um remédio generoso e um alimento para os que necessitam de forças. Isto tem consequências pastorais a serem consideradas com prudência e audácia. Muitas vezes agimos como controladores da graça e não como facilitadores. Mas a Igreja não é uma alfândega, é a casa paterna (EG, 2013, n. 47).

O conhecimento da verdade é progressivo, observa o papa. O que foi dito sobre a lei natural também vale para o restante da doutrina. A compreensão do homem muda com o tempo, e sua consciência se aprofunda. Recorde-se o tempo em que a escravatura era aceita e a pena de morte era admitida sem nenhum problema. Os exegetas e os teólogos, como também as outras ciências e a sua evolução, ajudam a Igreja a amadurecer o próprio juízo. Como consequência, há normas e preceitos eclesiais secundários que em outros tempos foram eficazes, mas que hoje perderam valor ou significado. Uma visão da doutrina da Igreja como um bloco monolítico a ser defendido sem matizes é errada (FRANCISCO, 2013c).

Isto se coaduna muito bem com o ensinamento do Concílio Vaticano II sobre a ordem ou hierarquia de verdades na doutrina católica, segundo o nexos destas verdades com o fundamento da fé cristã. Alguns pontos são mais importantes porque estão estreitamente ligados a este fundamento. Outros, por sua vez, são menos importantes porque estão menos ligados a ele (UR, 1964, n. 11). Esta ordem é válida, diz o papa, tanto para os dogmas de fé como para os demais ensinamentos da Igreja, incluindo a doutrina moral. Na mensagem moral, há uma hierarquia nas virtudes e nas ações. A misericórdia é a maior das virtudes. As obras de amor ao próximo são a manifestação externa mais perfeita da graça interior do Espírito. Os preceitos dados por Cristo e pelos Apóstolos ao povo de Deus são pouquíssimos. E os preceitos adicionados posteriormente pela Igreja devem ser exigidos com moderação, para não tornar pesada a vida aos fiéis e nem transformar a religião numa escravidão (EG, 2013, n. 36-37 e 43).

Nesta moral matizada que o papa expõe tem grande importância o bem possível. Sem diminuir o valor do ideal evangélico, é preciso acompanhar, com misericórdia e paciência, as possíveis etapas de crescimento das pessoas, que vão se construindo dia a dia. Um pequeno passo no meio de grandes limitações humanas pode ser mais agradável a Deus do que uma vida externamente correta, de quem não enfrenta maiores dificuldades. A consolação e a força do amor salvador de Deus devem chegar a todos. Deus opera misteriosamente em cada pessoa, para além dos seus defeitos e das suas quedas. Um coração missionário

não renuncia ao bem possível, ainda que corra o risco de sujar-se com a lama da estrada (EG, 2013, n. 44-45).

Um exemplo da relação entre o ideal evangélico e o bem possível é a família formada pela união exclusiva e indissolúvel entre um homem e uma mulher. Todos os papas defendem esta instituição. Mas, certa vez, Francisco fez um interessante e inesperado elogio à mulher paraguaia, que ele considera “a mais gloriosa da América Latina”. Isto porque após a Guerra do Paraguai - contra o Brasil, a Argentina e o Uruguai entre 1864 e 1870 - sobraram no Paraguai oito mulheres para cada homem. E as mulheres paraguaias fizeram uma escolha difícil e arriscada: ter filhos para salvar a pátria, a cultura, a fé e a língua (FRANCISCO, 2013b). O papa elogia uma prática extramatrimonial de procriação, feita em escala nacional diante de circunstâncias extremas. Estas mulheres são mais gloriosas do que todas as outras, incluindo as que vivem no modelo tradicional de família. Com isto, Francisco não contraria a moral católica e nem o apreço pelo matrimônio, mas, mostra, corajosamente, o amplo alcance da busca do bem possível no campo da moral. (Luís LIMA, 2014, p. 247-248).

A gradualidade na aplicação da lei moral não é um elemento novo na doutrina. A busca do bem possível muitas vezes impele os fiéis a trilharem um caminho progressivo, de crescimento em etapas passando por fases marcadas pela imperfeição e até pelo pecado, conforme ensina o Catecismo da Igreja Católica promulgado por João Paulo II (CIC, 1997, §2343). Mas, esta gradualidade é quase desconhecida e deveria ser ensinada de forma mais ampla. Muitas vezes há um triunfo do tudo ou nada, e do radicalismo estéril.

No início de 2015, o papa fez um gesto surpreendente recebendo em sua casa a visita do transexual espanhol Diego Neria e de sua companheira. A história de Diego é emblemática da condição transexual, do preconceito atroz e do seu enfrentamento. Ele nasceu com corpo de mulher, mas desde criança sentia-se homem. No Natal, escrevia aos reis magos pedindo como presente tornar-se menino. Ao crescer, resignou-se à sua condição. “Minha prisão era meu próprio corpo, porque não correspondia absolutamente ao que minha alma sentia”, confessa. Diego escondia esta realidade o quanto podia. Sua mãe pediu-lhe que não

mudasse o seu corpo enquanto ela vivesse. E ele acatou este desejo até a morte dela. Quando ela morreu, Diego tinha 39 anos. Um ano depois, ele começou o processo transexualizador. Na igreja que frequentava, despertou a indignação de pessoas: “como se atreve a entrar aqui na sua condição? Você não é digno”. Certa vez, chegou a ouvir de um padre: “você é filha do diabo”! Mas felizmente teve o apoio do bispo de sua diocese, que lhe deu ânimo e consolo. Isto encorajou Diego a escrever ao papa Francisco e a pedir um encontro com ele. O papa o recebeu e o abraçou no Vaticano, na presença da sua companheira. Hoje, Diego Neria é um homem em paz (Ana HERNÁNDEZ, 2015).

Além deste gesto, o papa exorta os teólogos a prosseguirem no caminho do Concílio Vaticano II, de releitura do Evangelho na perspectiva da cultura contemporânea. Estudar e ensinar teologia deve significar “viver em uma fronteira”, na qual o Evangelho encontra as necessidades das pessoas às quais é anunciado de maneira compreensível e significativa. Deve-se evitar uma teologia que se esgote em disputas acadêmicas ou que contemple a humanidade a partir de um castelo de cristal. Ela deve acompanhar os processos culturais e sociais, especialmente as transições difíceis, assumindo os conflitos que afetam a todos. Os bons teólogos, como os bons pastores, devem ter “cheiro de povo e de rua”, e com sua reflexão derramar “óleo e vinho nas feridas dos homens”, como o bom samaritano do Evangelho (FRANCISCO, 2015b).

Para o papa, o teólogo deve enfrentar o trabalho árduo de distinguir a mensagem de Vida da sua forma de transmissão, de seus elementos culturais nos quais em um determinado tempo ela foi codificada. Não fazer este exercício de discernimento leva inevitavelmente a trair o conteúdo da mensagem. Faz com que a Boa Nova, verdadeiro sentido do Evangelho, deixe de ser nova e deixe de ser boa, tornando-se uma palavra estéril, vazia de toda sua força criadora, curadora e ressuscitadora. Assim se coloca em perigo a fé das pessoas de nosso tempo. A doutrina cristã não deve ser um sistema fechado, privado de dinâmicas capazes de gerar interrogações, dúvidas e questionamentos. Pelo contrário, ela tem rosto, corpo e carne, que se chama Jesus Cristo. É sua Vida que é oferecida de geração em geração a todos os seres humanos e em todas as partes do mundo (FRANCISCO, 2015c).

4. RECONSIDERAÇÕES

Aos que creem em Deus criador e em sua razão criadora, o mundo pode se apresentar como o livro da natureza uno e indivisível, como diz Bento XVI, em que nada está fora desta razão. Se por analogia ao livro da Revelação (a Bíblia), o mundo se assemelha a um livro a ser lido e compreendido, pode-se explorar esta metáfora. A Bíblia contém dezenas de livros, emprega mais de um idioma e utiliza vários gêneros literários. Ela foi escrita por dezenas de autores diferentes ao longo de um milênio. Os estudos bíblicos no decorrer dos séculos são muito vastos e intermináveis. O livro da natureza, por sua vez, também tem sua multiplicidade e complexidade, seus idiomas e gêneros literários. A sua leitura e interpretação ainda estão em processo.

A correta leitura da linguagem da criação exige os cuidados indicados a respeito da lei natural. É preciso evitar resignações fisicistas, heteronomias insuportáveis e naturalizações indevidas de posições antropológicas (Luís LIMA, 2012, p. 55). Em vista disso, convém reconsiderar alguns julgamentos sobre os estudos de gênero e a abrir caminho para outras reflexões. Este caminho é incentivado pelos desafios lançados por Francisco de ir às periferias existenciais, questionar estruturas caducas, reler o Evangelho à luz da cultura contemporânea, assumir os conflitos e curar as feridas.

Com relação às Nações Unidas, o conceito de igualdade de gênero nos Planos de Desenvolvimento em nada minimiza a diferença entre homem e mulher, mas visa erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades. Este conceito, no modo como é definido, não contraria o ensinamento social da Igreja:

A missão desta estratégia de igualdade de gênero é contribuir para a erradicação da pobreza e reduzir significativamente as desigualdades entre os gêneros, empoderando as mulheres, promovendo e protegendo os seus direitos. O PNUD (Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento), mediante a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres como agentes de mudança e líderes dos processos de desenvolvimento que influem em suas vidas, propõe-se a alcançar um mundo mais incluyente, sustentável e resiliente (PNUD, 2014, p. 4).

Pondera-se que se existe ou não uma teoria do gênero, ou mesmo uma ideologia, é uma questão bem controvertida. Os estudos de gênero são bastante heterogêneos. Às vezes eles se entrelaçam, mas outras vezes correm em paralelo sem se encontrar. Não há uma teoria unificadora. O que há é um acordo geral em considerar os complexos comportamentos, direta ou indiretamente concernentes à esfera sexual, como fruto de quatro dimensões diferentes, não totalmente independentes e por sua vez complexas: o sexo anatômico, a identidade de gênero, o papel de gênero e a orientação sexual (Pietro GRECO, 2015). Não há uma coerência necessária entre sexo anatômico, percepção da própria identidade como masculina ou feminina, desejo e prática sexual.

Por sua vez, há uma perspectiva cristã de gênero. Ela propõe não renunciar à diferença entre homem e mulher e à sua importância fundamental, que tem raiz no sexo biológico e constitui o arquétipo do qual se origina a humanidade. Que não se pense nos processos sociais e culturais prescindindo inteiramente do componente biológico, da estrutura genética e neuronal do sujeito humano. Mas também que se evidencie o papel da cultura e das estruturas sociais, reconhecendo-se o mérito dos estudos de gênero em captar a relevância das vivências pessoais na definição da identidade de gênero. Isto contribui para a superação de preconceitos causadores de graves discriminações, que levaram e ainda levam à marginalização dos LGBTs.

Pode-se reconhecer também que na posição da hierarquia da Igreja está o compromisso de defender a base da condição humana, que ficaria gravemente comprometida pela radical desconstrução da identidade biológica de alguns estudos de gênero. Mas não se deve evitar a revisão do conceito de natureza humana e de lei natural, que por muito tempo adquiriu conotações rigidamente físico-biológicas. A própria teologia escolástica reagiu contra o pensamento patrístico, que havia acentuado a fixidez do dado biológico por influência do dualismo platônico e neoplatônico, e do naturalismo estoico. A escolástica introduziu a atenção ao fator cultural, afirmando a especificidade da natureza humana na racionalidade, conforme a expressão de Tomás de Aquino: “*natura ut ratio*”, natureza como razão. Isto enfatiza o seu aspecto dinâmico e evolutivo.

Os estudos de gênero têm raízes no pensamento liberal e no feminismo, bem como em autores franceses como Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze. Eles **são uma provocação** significativa para a consciência da riqueza da condição humana, e para se pensar a identidade a partir de uma maior consciência de si e da própria liberdade, levando-se em conta as decisões subjetivas e os estilos de vida pessoais. Assim se evita o achatamento da realidade em paradigmas universalistas, que não respeitam as diversidades individuais.

A ética, bem como a moral cristã, deve fundamentar as suas orientações em bases amplas, atenta às complexas dinâmicas de comportamento ligadas aos processos estruturais e culturais da sociedade em que se vive. É preciso abandonar o enclausuramento ideológico e abrir-se a um debate sereno entre as posições delineadas. Este debate deve se basear no reconhecimento da dignidade da pessoa humana e da igualdade dos direitos, constituindo uma plataforma de valores compartilhados. Este é o caminho que contribui para uma convivência civil em que as diferenças não sejam demonizadas ou marginalizadas, mas se traduzam em riqueza para a vida de todos (Giannino PIANA, 2014).

5. POR UMA RENOVAÇÃO DA ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA

A história de Diego, o transexual que com sua companheira visitou o papa Francisco, não exalta o individualismo liberal e nem a busca desenfreada do prazer. Mas mostra a verdade interior da pessoa que vem à tona, como na vida de tantos LGBTs. Na tradição judaicocristã, o conceito de natureza humana está fortemente associado ao de lei natural. A revisão destes conceitos, como foi visto acima, é recomendada atualmente pelo magistério da Igreja. Em uma nova perspectiva da lei natural, a história dos LGBTs assumidos e da luta por seus direitos humanos pode ser considerada não uma rebeldia contra a obra do Criador, mas um novo entendimento da linguagem da criação e das exigências de cidadania.

A filósofa Judith Butler faz a afirmação radical de que não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero. Essa identidade é performativamente constituída através das expressões tidas como seus resultados (2008, p. 47-48). Mesmo que se discorde

disto, há no seu pensamento uma pertinente busca de um vocabulário adequado para maneiras de viver o gênero e a sexualidade indo além da norma binária, restrita ao homem e à mulher cisgêneros (identificados com o sexo atribuído ao nascerem) e heterossexuais. Para esta filósofa, é preciso emitir a palavra em que a complexidade existente possa ser reconhecida, onde o medo da marginalização, da patologização e da violência seja radicalmente eliminado. E arrisca dizer que talvez não seja tão importante produzir novas formulações de gênero, mas sim construir um mundo em que as pessoas possam viver e respirar dentro da sua própria sexualidade e do seu próprio gênero (Judith BUTLER, 2009). Como pode o cristão ficar alheio a esta aspiração tão salutar? E o teólogo convocado a viver na fronteira e a assumir os conflitos que afetam a todos?

A interrogação do papa Francisco sobre os estudos de gênero lança a suspeita de se querer cancelar a diferença sexual por não se saber mais como lidar com ela. Felizmente ele formulou esta objeção em forma de pergunta, sem execração, ao contrário de seus antecessores. E reconhece que a cultura abre novos espaços, liberdades e profundidades na compreensão da sexualidade. Para ir às periferias existenciais, reler o Evangelho em novas perspectivas e curar feridas em vez de aumentá-las, é necessário não rejeitar o que os estudos de gênero tenham de positivo e incorporá-los na antropologia teológica. Um bom missionário reconhece as sementes do Verbo presentes em civilizações e religiões não cristãs, pois estas sementes estão em toda busca sincera da verdade, do bem e de Deus. O mesmo deve fazer o teólogo com os estudos de gênero.

Recusar-se terminantemente a isto é arriscar-se a trair o conteúdo da mensagem de Vida, fazendo com que a Boa Nova deixe de ser nova e deixe de ser boa, tornando-se uma palavra estéril e vazia de toda força criadora, curadora e ressuscitadora. Esta recusa coloca em perigo a fé de muitas pessoas de nosso tempo, conforme o alerta de Francisco.

Quando o papa João XXIII abriu o Concílio Vaticano II, em 1962, ele fez uma advertência enérgica contra os “profetas da desgraça” que, no presente, só veem prevaricação e ruína, sempre anunciando acontecimentos infelizes como se o fim do mundo fosse iminente. Ao contrário

disso, asseverou o papa, na ordem presente das coisas, a Providência divina na sua misericórdia nos eleva para uma ordem de relações humanas que, por obra dos seres humanos e muitas vezes para além do que eles esperam, se encaminha para o cumprimento dos inesperados e superiores desígnios divinos. E tudo, mesmo as adversidades humanas, converge para o bem da Igreja.

Não faltam hoje profetas da desgraça, para os quais tudo é ameaça. Só restaria à Igreja Católica reiterar dogmas, preceitos e proibições. Ao contrário deles, o papa Francisco recorda a célebre advertência de seu antecessor, acrescentando que o olhar de quem crê é capaz de reconhecer a luz do Espírito Santo irradiando na escuridão, de entrever o vinho em que a água pode ser transformada, e de descobrir o trigo que cresce no meio do joio (EG, 2023, n. 84). Assim também os fiéis cristãos devem reconhecer os sinais dos tempos, abrindo caminho para relações mais justas entre os gêneros e para a cidadania da população LGBT.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problema de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. “La invención de la palabra” (entr. a Milagros Belgrano R.). **Página 12**, 8 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/soy/1-742-2009-05-11.html>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

BENTO XVI. **Discurso do papa Bento XVI aos participantes no congresso sobre lei moral natural promovido pela Pontifícia Universidade Lateranense**. Roma, 12 fev. 2007. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20070212_pul.html>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. **Carta encíclica caritas in veritate**. Roma, 2009. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. **Exortação pós-sinodal verbum domini**. Roma, 2010. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20100930_verbum-domini.html>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. **Discurso do papa Bento XVI à Cúria Romana por ocasião dos votos de feliz natal**. Roma, 22 dez. 2008. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20081222_curia-romana.html>. Acesso em: 19 set. 2015.

CEP (Conferência Episcopal Portuguesa). **A propósito da ideologia do género**. Fátima, 14 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/documentos/a-proposito-da-ideologia-do-genero>>. Acesso em: 20 out. 2015.

CIC (Catecismo da Igreja Católica). Roma, 1997. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html>. Acesso em: 20 set. 2015.

CDF (Congregação para a Doutrina da Fé). **Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo**. Roma, 2004. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20040731_collaboration_po.html>. Acesso em: 19 set. 2015.

CLAM (Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos). *Por que o género assusta tanto?* 30 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=11528>>. Acesso em: 20 set. 2015.

CTI (Comissão Teológica Internacional). **Em busca de uma ética universal: novo olhar sobre a lei natural**. Roma, 2009. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_20090520_legge-naturale_po.html>. Acesso em: 20 set. 2015.

CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). **Comunidade de comunidades: uma nova paróquia**. Brasília, Edições CNBB, 2014.

CPF (Conselho Pontifício para a Família). **Família y derechos humanos**. Vaticano, 1999. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/family/documents/rc_pc_family_doc_20001115_family-human-rights_sp.html>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Família, matrimônio e “uniões de fato”**. Vaticano, 2000. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 27 abr. 2015.

“Difesa dei diritti e ideologia”, *L’Osservatore Romano*, 20 dez. 2008. Disponível em: <<https://tuespetrus.wordpress.com/2008/12/19/difesa-dei-diritti-e-ideologia/>>. Acesso em: 20 set. 2015.

EG: FRANCISCO. **Exortação apostólica *evangelii gaudium***. Roma, 2013. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html>. Acesso em: 20 set. 2015.

FRANCISCO. **Solenidade de pentecostes. Santa missa com os movimentos eclesiais. Homília do santo padre Francisco**. Roma, 19 mai. 2013a. Disponível em: <w2.vatican.va>. Acesso em: 5 jun. 2015.

_____. **Encontro do santo padre com os jornalistas durante o voo de regresso do Brasil**. 28 jun. 2013b. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/july/documents/papa-francesco_20130728_gmg-conferenza-stampa.html>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. “Entrevista exclusiva do papa Francisco às revistas dos jesuítas”, *Brotéria*, 19 ago. 2013c. Disponível em: <<http://www.broteria.pt/component/content/article/101-entrevista-exclusiva-do-papa-francesco-as-revistas-dos-jesuistas?showall=1>>. Acesso em: 20 set. 2015.

____. “Audiência: Papa Francisco destaca a complementariedade entre homem e mulher”. **Zenit**, 15 abr. 2015a. Disponível em: <<http://www.zenit.org/pt/articles/audiencia-papa-francisco-destaca-a-complementariedade-entre-homem-e-mulher>>. Acesso em: 20 set. 2015.

____. **Carta del santo padre Francisco al gran canciller de la Pontificia Universidad Católica Argentina en el centenario de la Facultad de Teología**. Vaticano, 3 mar. 2015b. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/es/letters/2015/documents/papa-francesco_20150303_lettera-universita-cattolica-argentina.html>. Acesso em: 20 set. 2015.

____. **Mensagem do papa Francisco ao congresso internacional de teologia junto da Pontificia Universidade Católica**. Buenos Aires, 1-3 set. 2015c. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2015/documents/papa-francesco_20150903_videomessaggio-teologia-buenos-aires.html>. Acesso em: 20 set. 2015.

GS: CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Pastoral *Gaudium et spes* sobre a Igreja no mundo actual**. Roma, 1965. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html>. Acesso em: 20 set. 2015.

HERNÁNDEZ, Ana. B. “El bendito encuentro entre Francisco y Diego”. **Hoy**, 26 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.hoy.es/extremadura/201501/25/bendito-encuentro-entre-francisco-20150125003218-v.html>>. Acesso em: 20 set. 2015.

GRECO, Pietro. “Sesso e gender. Scienza e questioni di genere”. **Rocca**, nº8, 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.gionata.org/scienza-e-questioni-di-genere/>>. Acesso em: 21 set. 2015.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica *fides et ratio***. Roma, 1998, nº104. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091998_fides-et-ratio.html>. Acesso em: 19 set. 2015.

LIMA, Luís C. “Linguagem da criação e gênero”. **Concilium**: revista internacional de teologia, n. 347, p. 46-55, 2012.

____. “Evangelii Gaudium: contribuições para as questões contemporâneas”. In: AMADO, J. P.; FERNANDES, L. A. (Orgs.). **Evangelii gaudium em questão**: aspectos bíblicos, teológicos e pastorais. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014, p.245-250.

PIANA, Giannino. “Sexo e gênero: para além da alternativa”. **Boletim eletrônico IHU**, 16 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/533286-sexo-e-genero-para-alem-da-alternativa-artigo-de-giannino-piana>>. Acesso em: 21 set. 2015.

PNE (Plano Nacional de Educação). **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 19 out. 2015.

PNUD (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo). **Estrategia de igualdad de género del PNUD 2014-2017**. Nova Iorque, 2014.

“Para o papa, salvar gay é tão importante quanto salvar florestas”. **Reuters**, 22 dez. 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/vidae/not_vid297680,o.htm>. Acesso em 19 jan. 2012.

SÍNODO DOS BISPOS. **Os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização**: documento de preparação. Vaticano, 2013. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20131105_iii-assembly-sinodo-vescovi_po.html>. Acesso em: 20 set. 2015.

SIQUEIRA, Thácio. “Ideologia de Gênero: neototalitarismo e a morte da família. Entrevista com Jorge Scala”. **Zenit**, 31 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.zenit.org/pt/articles/ideologia-de-genero-neototalitarismo-e-a-morte-da-familia>>. Acesso em: 20 set. 2015.

UR: Concílio Vaticano II. **Decreto “Unitatis redintegratio” sobre o ecumenismo**. Roma, 1964. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html>. Acesso em: 20 set. 2015.